

## ALGUNS ELEMENTOS HISTÓRICOS DA DOCÊNCIA FEMININA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

SILVEIRA, Dynara M.<sup>1</sup>; SELAU, Bento<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Estudante de Pedagogia da Universidade Federal do Pampa (dynara.silveira@hotmail.com);

<sup>2</sup>Professor Universidade Federal do Pampa (bentoselau@unipampa.edu.br).

**SELAU, Bento<sup>1</sup>**

<sup>1</sup> Orientador, Professor Universidade Federal do Pampa (bentoselau@unipampa.edu.br).

### 1 INTRODUÇÃO

O objetivo da pesquisa foi conhecer a influência da legislação educacional brasileira sobre o papel da mulher na educação. O meio em que estou inserida me instigou a questionar o meu papel na Educação Infantil, bem como de outras profissionais que compartilham desta tarefa. Assim, algumas inquietações surgiram, tais como: qual o lugar da legislação na educação? Como se deu a feminização da docência? Qual a história das docentes na Educação Infantil? Por que há desvalorização da professora da Educação Infantil? A formação da educadora interfere no processo de profissionalização? Não pretendo responder estas questões, mas essas são inquietações pessoais, que servem para guiar o desenvolvimento deste trabalho.

Esta investigação resulta de uma exigência do final do curso de Licenciatura em Pedagogia, o trabalho de conclusão de curso. Além das motivações já expostas para esta escrita, considera-se também o fato da formação e identidade do professor de Educação Infantil ainda ser um tema pouco explorado em trabalhos e pesquisas sobre a docência. André et al. (2002), mostra que, das pesquisas realizadas em dissertações e teses na área da educação produzidas entre 1990 e 1996, o tema “formação docente”, oscilou entre 5% e 7% do total.

Esta pesquisa está baseada em diferentes fontes, tais como livros, periódicos, teses de mestrado, artigos. Para tal, são trazidos autores como Paulo Freire e sua obra, “Professora sim, tia não” (1997), leitura que aguçou ainda mais minha curiosidade em torno das especificidades que envolvem as expressões que designam as docentes como “tias”, encaminhando-me a outras leituras.

### 2 METODOLOGIA (MATERIAL E MÉTODOS)

Esta é uma pesquisa bibliográfica alicerçada nos procedimentos metodológicos sugeridos por Lima e Mioto (2007). Segundo as autoras (p.40), “a pesquisa bibliográfica requer do realizador atenção constante aos ‘objetivos propostos’ e aos pressupostos que envolvem o estudo para que a vigilância epistemológica aconteça”. Para tanto, foi utilizada uma sequência de quatro procedimentos, que são: A) Elaboração do projeto de pesquisa; B) Investigação das soluções; C) Análise explicativa das soluções; D) Síntese integradora.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

*Legalidade da Educação Infantil* - Segundo Kramer e Nunes (2007, p. 430), “apesar da luta por mais atendimento à educação infantil, percebe-se a distância

entre a realidade e a qualidade pretendida, a incoerência entre o discurso em defesa da educação infantil e a ausência de recursos e projetos efetivos”. A Educação Infantil no Brasil ainda se encontra entre as práticas sociais mais conservadoras que aliam assistencialismo e cuidados, e práticas preocupadas em construir uma sociedade “justa e igualitária” para todos, ou seja, aliando conservadorismo com renovação.

*Feminização da docência* - Para Arce (2001, p.182), “a imagem do profissional para a educação infantil por intermédio da mulher “naturalmente” educadora nata, passiva, paciente, amorosa, que sabe agir com bom senso, é guiada pelo coração, em detrimento da formação profissional”. Constitui-se assim um campo profissional feminino fortemente permeado por representações sociais que ligam a docente de Educação Infantil com a maternidade e principalmente com a subjetividade feminina que reforça a construção de representações sociais.

*De pajem a professora* - A docência na Educação Infantil não se resume em questões quanto à denominação, indo além, em implicações da construção do ser professora, da legislação que ainda não caminha ao lado da formação e principalmente da profissionalização, da desvalorização econômica e social, entre tantos outros fatores que fazem deste assunto um campo fértil para discussões e principalmente lutas.

*Legislação versus profissionalização* - Tal como podemos ver em diferentes pareceres, leis, resoluções relacionados à temática da Educação Infantil e a profissionalização mostram a preocupação com a formação dos profissionais que atuam na Educação Infantil e principalmente em seu reconhecimento e valorização. Dessa forma, opõe-se a histórica concepção de que o magistério é sinônimo de vocação (desmedida e desprendida). Ser professor é uma profissão e requer não apenas deveres, mas direitos, tais como: salário digno, formação continuada e reconhecida, plano de carreira.

*Feminilidade e profissionalização: indissociáveis na valorização docente* - Em pleno Séc. XXI não cabe mais associar vocação com feminilidade, já que as mulheres cada vez mais galgam andares em busca da devida profissionalização. Por trás da profissional, a mulher pede respeito e exige ser valorizada, mesmo que para legitimar a profissão docente tenha que lutar por uma formação exigida pela legislação, mas ainda dissociada da prática educativa.

#### 4 CONCLUSÕES

Felizmente as mulheres profissionais da educação não ficaram restritas a visão minimalista que a docente à maternidade, à vocação e ao assistencialismo. Tal como a Educação Infantil, sua história teve evolução. Mesmo assim, muitas vezes as professoras ainda são denominadas “tias”, o que demonstra a estagnação de certos aspectos dessa profissional (desvalorização social e econômica), que mesmo com o aumento das exigências profissionais quanto à formação, muitas ainda não estão em acordo com as exigências legais.

É com o passado que devemos aprender para que haja transformações necessárias nas práticas educativas atuais e assim tenhamos profissionais co-construtoras de cultura, conhecimento e identidade. Portanto, estas profissionais não podem se deixar atrelar às representações que desqualificam o trabalho junto aos pequenos, classificado como assistencialista. Educamos e, como profissionais, devemos ir em busca de atitudes de respeito e, principalmente, de valorização do trabalhador desta importante etapa da Educação Básica.

## 5 REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli *et al.* (Org.). **Formação de Professores no Brasil (1990-1998)**. Brasília: MEC/INEP/COMPED, 2002.

ARCE, Alessandra. Documentação oficial e o mito da educadora nata na educação infantil. **Cad. Pesquisa**, São Paulo, n. 113, jul. 2001. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-1574\\_200\\_1\\_00\\_02\\_0009&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-1574_200_1_00_02_0009&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 20/03/2010.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não**: cartas a quem ousa ensinar. São Paulo. Olho d'Água, 1997.

LIMA, Telma Cristiane Sasso; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katál.**, Florianópolis, v.10, n. esp. p. 37-45, 2007.

KRAMER, Sônia; NUNES, Maria Fernanda. Gestão pública, formação e identidade de profissionais de educação infantil. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 37, n. 131, ago. 2007. Disponível em <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em 20/03/2010.